FÉRIAS

Portaria nº 1994/2025-DAF/CGP, de 28 de maio de 2025.

A Coordenadora de Gestão de Pessoas do Departamento de Trânsito do Estado do Pará - detran/pa, usando das atribuições que lhe foram dele-

CONSIDERANDO a solicitação constante do Ofício nº2025/509-CCCLIN, datado de 21/05/2025, protocolado sob o nº 2025/2704543,

CONCEDER à servidora LISSANDRA CECÍLIA MARTINS ERERO, matrícula 57194914 /1, Auxiliar de Trânsito, lotada na Corregedoria, trinta (30) dias de FÉRIAS, no período de 23.06.2025 a 22.07.2025, referentes ao exercício 10.03.2024/2023.

Os efeitos desta Portaria entrarão em vigor a partir de 23.06.2025.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Nazaré de Fátima Matos Oliveira

Coordenadora de Gestão de Pessoas.

Portaria nº 1993/2025-DAF/CGP, de 28 de maio de 2025.

A Coordenadora de Gestão de Pessoas do Departamento de Trânsito do Estado do Pará - detran/pa, usando das atribuições que lhe foram dele-

RESOLVE:

CONCEDER à servidora MICHELINE ANDREA NUNES DOS SANTOS RODRI-GUES, matrícula 55587293/2, Analista de Administração e Finanças, lotada na Gerência de Administração e Controle de Pagamento, quinze (15) dias de FÉRIAS, no período de 04.06.2025 a 18.06.2025, referentes ao exercício 22.07.2022/2023.

Os efeitos desta Portaria entrarão em vigor a partir de 04.06.2025.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Nazaré de Fátima Matos Oliveira

Coordenadora de Gestão de Pessoas.

Portaria nº 1992/2025-DAF/CGP, de 28 de maio de 2025.

A Coordenadora de Gestão de Pessoas do Departamento de Trânsito do Estado do Pará - detran/pa, usando das atribuições que lhe foram dele-

CONSIDERANDO a solicitação constante do Ofício nº 19/2025-GARV, datado de 05/05/2025, protocolado sob o nº 2025/2614056,

RESOLVE:

RETIFICAR na Portaria 1692/2025-DAF/CGP, publicada no Diário Oficial nº 36.212, de 30 de abril de 2025 e Republicada no Diário Oficial nº 36.217, de 07 de maio de 2025, o período concessivo de FÉRIAS da servidora POLYANNE LYVIA NUNES OLIVEIRA, matrícula 57194039/1, Assistente de Trânsito, lotada na Gerência de Atendimento e Registro de Ve-ículos, **onde se lê** de 30.06.2025 a 14.07.2025, **leia-se** 16.06.2025 a 30.06.2025, referentes ao exercício 18.02.2024/2025.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Nazaré de Fátima Matos Oliveira

Coordenadora de Gestão de Pessoas. Portaria nº 1991/2025-DAF/CGP, de 28 de maio de 2025.

A Coordenadora de Gestão de Pessoas do Departamento de Trânsito do Estado do Pará - detran/pa, usando das atribuições que lhe foram delegadas, RESOLVE:

RETIFICAR na Portaria 1267/2025-DAF/CGP, publicada no Diário Oficial nº 36.185, de 03 de abril de 2025, os períodos concessivos de FÉRIAS dos servidores abaixo relacionados.

l	NOME	MATRICULA	ONDE SE LE	LEIA-SE
	Ana Paula Amorim de Carvalho	57190682/1	05.05 a 03.06.2025	20.05 a 18.06.2025
	Arnaldo Rodrigues Gama	5948209 /2	05.05 a 03.06.2025	09.05 a 07.06.2025

Publique-se, registre-se e cumpra-se. Nazaré de Fátima Matos Oliveira Coordenadora de Gestão de Pessoas.

Protocolo: 1203057

OUTRAS MATÉRIAS

RESOLUÇÃO Nº 002/2025-CETRAN/PA

Dispõe sobre a implantação da 1ª fase do Projeto "CETRAN DIGITAL PARÁ", que se constitui na tramitação exclusiva em formato digital para os processos administrativos de recursos de penalidades previstas no art. 256 do Código de Trânsito Brasileiro, interpostos perante o Conselho Estadual de Trânsito do Pará e dá outras providências.

O CONSELHO ESTADUAL DE TRÂNSITO DO PARÁ, à vista das atribuições do artigo 14, incisos II a V, da Lei federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro - CTB.

CONSIDERANDO que a Administração Pública tem o dever de respeitar os princípios constitucionais do direito à ampla defesa e ao contraditório, bem como o direito de acesso à informação previsto no art. 5º, inciso XXXIII, e no art. 37, § 3º, inciso II, da Constituição Federal ; CONSIDERANDO que a digitalização dos processos físicos é condição indis-

pensável para a existência de uma prestação administrativa mais célere e eficiente, bem como o dever de assegurar a inviolabilidade da intimidade e da vida privada, bem como o direito à proteção dos dados pessoais, inclusive nos meios digitais, conforme art. 5º, incisos X e LXXIX, da CF;

CONSIDERANDO que a digitalização dos processos permitirá uma progressiva redução de despesas no âmbito da Administração Pública, na medida em que viabilizará a redução de custos e da estrutura física;

CONSIDERANDO que a Lei nº 12.527/2011 estabelece a obrigação do Estado em garantir o direito de acesso à informação, que deverá ser disponibilizada mediante procedimentos objetivos e ágeis, de forma transparente, clara e em linguagem de fácil compreensão;

CONSIDERANDO o exposto no Decreto nº 10.278/2020, que disciplina os requisitos para a digitalização de documentos públicos ou privados, com o objetivo de que estes produzam os mesmos efeitos legais dos originais; CONSIDERANDO os termos da Resolução Conarq nº 31/2010, do Conselho Nacional de Arquivos, que dispõe sobre a adoção das Recomendações para Digitalização de Documentos Arquivísticos Permanentes;

CONSIDERANDO a Resolução Conarq nº 48/2021, que estabelecem diretrizes e orientações aos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Arquivos (Sinar) quanto aos procedimentos técnicos a serem observados no processo de digitalização de documentos públicos ou privados; CONSIDERANDO a necessidade de aprimoramento constante na prestação dos serviços aos cidadãos e aos órgãos e entidades de trânsito de todo o Estado, e a constatação de que a adoção do meio digital promoverá a eficiência da prestação de serviços ao cidadão, encaminhamos a presente resolução a ser deliberada pelos membros do Conselho Estadual de Trânsito do Pará.

RESOLVE:

Seção I Das Disposições Gerais

Art. 1º Esta Resolução institui e estabelece os procedimentos para a tramitação, protocolo e para o julgamento dos recursos administrativos ao Conselho Estadual de Trânsito, aos órgãos e entidades executivos de trânsito e rodoviários do Estado do Pará e dos municípios integrados ao Sistema Nacional de Trânsito, para a digitalização de documentos, de cadastros e envio dos recursos administrativos para seus julgamentos por meio de processo digital.

Art. 2º Para fins desta Deliberação, considera-se:

I. - digitalização: processo de conversão de um documento físico para o formato digital, por meio de dispositivo apropriado;

II. - documento digital: documento codificado em dígitos binários, acessível e interpretável por meio de sistema computacional;

III. - documento digitalizado: documento obtido a partir da conversão de documento não digital, gerando uma fiel representação em código digital, podendo ser capturado por sistemas de informação específico;

IV. - documento nato-digital: documento produzido originariamente em meio eletrônico, pode ser:

a. nativo, quando produzido pelo sistema de origem;

b. capturado, se incorporado de outros sistemas, por meio de metadados de registro, classificação e arquivamento.

Art. 3º O Departamento Estadual de Trânsito (Detran-PA) e os órgãos e entidades executivos de trânsito dos municípios do Estado do Pará deverão encaminhar os recursos endereçados ao Cetran- PA por intermédio de processo administrativo eletrônico (PAE) ou de correio eletrônico oficial do órgão, independentemente da forma de recebimento do recurso.

Parágrafo Único. Os órgãos a que se refere o "caput" deste artigo deverão informar o endereço de correio eletrônico oficial do órgão para integrar a relação oficial de e-mails institucionais junto ao Cetran;

Seção II Das Diretrizes

Art. 4º Constituem diretrizes da digitalização de documentos, no âmbito dos processos administrativos decorrentes de atos de fiscalização de trânsito em todo o Estado do Pará:

I- o planejamento e a execução das atividades, com observância das políticas de gestão documental e de memória do órgão;

II. - a eficiência, a economicidade, a sustentabilidade e o uso adequado de recursos humanos e materiais;

III. – a adoção de tecnologias e de padrões técnicos de digitalização, com os objetivos de garantir a segurança, a preservação, a qualidade da imagem, a legibilidade e o uso do documento digitalizado;

II. - a preferência pelo uso de tecnologias de reconhecimento de caracteres, tais como Reconhecimento Óptico de Caracteres (OCR) e Reconhecimento Inteligente de Caracteres (ICR);

III. - a acessibilidade;

IV. - a garantia de manutenção da integridade e da confiabilidade do documento digitalizado;

V. - a rastreabilidade e a possibilidade de auditoria dos procedimentos;

VI. - a garantia da confidencialidade e da proteção de dados pessoais constantes nos documentos, quando aplicável;

VII. - a preservação de documentos e da parte física de processos digitalizados:

VIII. - a interoperabilidade entre sistemas informatizados;

IX. - a garantia de preservação digital em longo prazo da documentação digitalizada, em Repositório Arquivístico Digital Confiável (RDC-Arq).

Parágrafo único. A destinação e a guarda dos processos físicos, conforme responsabilidade prevista na Resolução nº 900/2022-Contran, observará a legislação específica do Estado e de cada município e, na sua ausência, as diretrizes impostas pelo Arquivo Público do Estado do Pará.

Art. 7º A digitalização de documentos para a inserção no correio eletrônico observará as disposições da Lei federal nº 12.682, de 9 de julho de 2012, da Lei federal nº 14.129, de 29 de março de 2021.

§ 1º O documento digitalizado será equiparado ao documento físico para todos os efeitos legais.

§ 2º A digitalização de documentos recebidos ou produzidos pelo Detran-PA e pelos órgãos e entidades executivos de trânsito dos municípios do Estado do Pará, será acompanhada da conferência da integridade do documento por servidor do respectivo órgão.

Art. 8º Os recursos recebidos pelo Detran-PA e pelos órgãos e entidades executivos de trânsito dos municípios do Estado do Pará deverão ser encaminhados ao Cetran-PA exclusivamente em formato digital por processo administrativo eletrônico ou correio eletrônico, da seguinte forma:

- em arquivo único individualizado, sendo um arquivo correspondente a um processo;